

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

30 de setembro de 2013

com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras Intermediárias

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações financeiras Intermediárias

30 de setembro de 2013

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 8º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (5521) 3263-7000
ey.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER
Duque de Caxias - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER (“Companhia”) em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Balancos patrimoniais
30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.159	3.731
Contas a receber	5	19.442	17.836
Adiantamentos a empregados		331	112
Adiantamentos a fornecedores		1.003	608
Impostos a recuperar		181	176
Créditos diversos		399	213
Despesas antecipadas		1.558	178
Total do ativo circulante		<u>28.073</u>	<u>22.854</u>
Ativo não circulante			
Depósitos bancários vinculados	7	-	1.661
Depósitos judiciais		2.601	758
Outros créditos		46	46
Intangível	6	<u>669.436</u>	<u>643.405</u>
		672.083	645.870
Total do ativo		<u><u>700.156</u></u>	<u><u>668.724</u></u>

	Nota	30/09/2013	31/12/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.832	7.131
Partes relacionadas	8	2.943	1.616
Empréstimos e financiamentos	7	1.669	83.581
Debêntures	7.1	4.567	-
Salários, provisões e encargos sociais		3.016	1.652
Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.1	4.133	8.787
Parcelamento débitos tributários	9.2	3.393	3.615
Adiantamento de clientes		520	554
<i>Leasing</i> a pagar		484	371
Dividendos a pagar	13	2	316
Seguros a pagar		35	21
Verba de fiscalização a pagar		392	367
Provisão para manutenção	11	598	598
Receitas diferidas	10	1.694	2.435
Provisão para contingências	17	257	
Outras obrigações		159	85
Total do passivo circulante		27.694	111.129
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	5.668	6.932
Debentures	7.1	194.394	-
Parcelamento débitos tributários	9.2	1.662	4.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	101.100	109.254
Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	17	147	162
Receitas diferidas	10	7.421	8.440
<i>Leasing</i> a pagar		664	675
Total do passivo não circulante		311.056	129.509
Patrimônio líquido			
Capital social	12	96.163	96.163
Ajuste de avaliação patrimonial		174.128	191.593
Reserva de lucros		50.643	140.330
Lucros acumulados		40.472	-
Total do patrimônio líquido		361.406	428.086
Total do passivo		700.156	668.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações dos resultados

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/09/2013	30/09/2012
Receita operacional líquida	18	231.465	203.090
Custo dos serviços prestados	19	(177.951)	(141.961)
Lucro bruto		53.514	61.129
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(12.693)	(10.486)
Amortização		(2.668)	(2.006)
Despesas com pessoal		(7.867)	(6.342)
Outras receitas operacionais, líquidas		13.011	155
Total das despesas operacionais		(10.217)	(18.679)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		43.297	42.450
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		304	293
Despesas financeiras		(15.351)	(10.868)
	20	(15.047)	(10.575)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		28.250	31.875
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(13.398)	(18.508)
Diferido		8.155	7.696
	14	(5.243)	(10.812)
Lucro líquido do período		23.007	21.063
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro por ação - R\$		3,20	2,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Lucro líquido do período	<u>23.007</u>	21.063
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	-
Total dos resultados abrangentes do período	<u><u>23.007</u></u>	<u>21.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Patrimônio líquido	
		Estatutária	Legal	Lucros Total				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	518	5.190	120.164	125.872	-	214.880	436.315
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	21.063	-	5.364
Dividendos pagos	-	-	-	(11.749)	(11.749)	-	-	(11.749)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	17.465	(17.465)	-
Saldos em 30 de setembro de 2012	96.163	518	5.190	108.415	114.123	38.528	197.415	446.229
Saldos em 31 de dezembro de 2012	96.163	683	6.852	132.794	140.329	-	191.593	428.086
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	23.007	-	23.007
Dividendos pagos (nota 13)	-	-	-	(89.686)	(89.686)	-	-	(89.686)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	17.465	(17.465)	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	96.163	683	6.852	43.108	50.643	40.472	174.128	361.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	30/09/2013	30/09/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	28.250	31.875
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Amortização	58.813	50.638
Ganhos na alienação de bens do intangível	24	(148)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos/parcelamentos	10.787	5.656
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(15)	(106)
Variação em ativos e passivos operacionais		
(Aumento) diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.606)	(2.227)
Impostos a recuperar	(5)	(20)
Despesas antecipadas	(1.380)	(506)
Outros valores a receber	(2.643)	49
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(3.299)	(3.807)
Contas a pagar empresas ligadas	1.327	(1.279)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.621	135
Impostos, taxas e contribuições	(544)	(2.288)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	80	(182)
Receitas diferidas	(1.760)	(603)
Outras atividades operacionais		
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(11.080)	(5.101)
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	(20.320)	(21.610)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>58.247</u>	<u>50.476</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienação/baixa de intangível	58	240
Aquisição de bens do intangível	(84.924)	(40.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(84.866)</u>	<u>(40.566)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(90.000)	(30.999)
Depósitos bancários vinculados	1.661	(75)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	333.996	29.495
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(217.610)	(8.612)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>28.047</u>	<u>(10.192)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.428</u>	<u>(282)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3.731	2.687
No fim do período	<u>5.159</u>	<u>2.405</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>1.428</u>	<u>(282)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Receitas	287.096	245.336
Receitas de pedágio	180.890	175.152
Receitas de construção	63.145	40.218
Outras receitas	43.061	29.966
Insumos adquiridos de terceiros	(124.245)	(95.810)
Custo dos serviços prestados	(10.446)	(7.386)
Custo de construção	(63.145)	(40.218)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(50.654)	(48.206)
Valor adicionado bruto	162.851	149.526
Amortização	(58.813)	(50.638)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	104.038	98.888
Valor adicionado recebido em transferência	304	293
Receitas financeiras	304	293
Valor adicionado total a distribuir	104.342	99.183
Distribuição do valor adicionado	104.342	99.183
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	14.334	11.307
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	33.506	38.112
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	16.029	11.235
Remuneração do capital próprio (dividendos e lucros retidos)	40.473	38.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. (“Concer” ou “Companhia”), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 1º de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

Nova Subida da Serra

A Nova Subida da Serra (NSS) é um importante investimento da Concer para a infraestrutura viária do Brasil. Após receber autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Concer deu início à implantação do Projeto da Nova Subida da Serra da BR-040. O projeto está dividido em 5 lotes de obras e prevê a construção de uma pista com aproximadamente 20 quilômetros de extensão em substituição ao atual trecho de subida da Rio-Petrópolis, em operação há mais de 80 anos. Serão 15 quilômetros de duplicação da atual pista de descida - que apresenta traçado mais moderno - e outros 5 quilômetros que irão compor a extensão de um túnel rodoviário.

O projeto, orçado em mais de R\$1 bilhão, contará com 28 novas obras de artes especiais, entre pontes e viadutos, além de sete alargamentos de estruturas já existentes.

A Nova Subida da Serra é uma obrigação contratual estabelecida pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). O prazo de concessão da rodovia é de 25 anos.

Não existem expectativas de ingresso de receita expressivo, da mesma forma que, por se tratar de uma obrigação do Plano de Exploração, não será motivo para aumento de concessão.

Sazonalidade da operação

O resultado operacional da Companhia é afetado pelo número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e de passeio, que são impactados sensivelmente pela situação econômica regional e nacional, pelo o "efeito calendário", pois reflete a quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de eixos-equivalentes no tráfego consolidado.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias em 22 de outubro de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013. As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras intermediárias.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum saldo denominado em moeda estrangeira.

2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.2. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de construção--Continuação

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Tributação

As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as receitas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, no período de 12 meses); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.3. Impostos--Continuação

Tributação--Continuação

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro - que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

2.5. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum ativo e/ou passivo sujeito a ajuste a valor presente.

2.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes à arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.11. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.12. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado - é apresentada como informação suplementar.

2.15. Segmentos

A companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

2.16. Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação.

2.17. Novos pronunciamentos contábeis

Não existem outras normas e interpretações emitidas pelo CPC e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Amortização de intangível

A Companhia efetua a amortização dos saldos do ativo intangível através do índice calculado pela curva de passantes. A estimativa está em conformidade com as práticas contábeis vigentes e é efetuado de acordo com o fluxo de carros estimados até o final da concessão e atualizado mensalmente com o fluxo real através das informações retiradas dos sistemas operacionais da Companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixas e bancos	4.761	3.433
Aplicações financeiras	398	298
	<u>5.159</u>	<u>3.731</u>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos (não exclusivos) de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

5. Contas a receber

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dbtrans	1.161	1.014
Visa	1.533	1.157
Auto expresso	1.107	1.579
Via fácil	8.253	6.969
Uso faixa domínio	9.105	8.773
Outros	35	96
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	<u>19.442</u>	<u>17.836</u>

Segue abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2010 e 2011	(8.763)
Reversões (a)	7.011
Saldo em 31/12/2012 e 30/09/2013	<u>(1.752)</u>

- (a) A companhia possui contrato com a Telemar para uso remunerado da faixa de domínio, firmado em abril de 2001. Em outubro de 2008, a Telemar deixou de efetuar o pagamento dos valores devidos, alegando irregularidade na cobrança, desde então os valores tem sido discutidos entre as partes (nos âmbitos administrativo e judicial). As recentes decisões favoráveis à Companhia em primeira e segunda instância corroboram a legitimidade do contrato e dos valores cobrados. Com base nestas decisões recentes e negociações em curso, a administração da Companhia acredita ser provável o ingresso destes recursos na companhia num curto prazo e em virtude de tal motivo revisou sua estimativa da perda estimada sobre estes créditos, revertendo parte da provisão existente ao montante próximo ao valor cuja realização é considerada provável.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

6. Intangível

	2012						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível							
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Aquisições	42.043	203	18.149	4.087	350	1.377	66.209
Transferências	-	-	3.034	-	-	(3.034)	-
Baixas	-	(4)	-	(621)	-	-	(625)
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	-	-	(458.611)
Amortização	(11.320)	(657)	(54.683)	(1.612)	-	-	(68.272)
Baixas	-	3	-	432	-	-	435
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	-	-	(526.448)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 31/12/2012	130.648	89	501.594	10.004	766	304	643.405
	2013						Total
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	
Custo do intangível bruto							
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Aquisições	28.332	1.222	26.903	2.528	6.938	19.001	84.924
Transferências	-	-	-	410	(410)	-	-
Baixas/transferências	-	-	-	(177)	-	-	(177)
Saldo do custo em 30/09/2013	289.293	24.634	898.138	15.936	7.294	19.305	1.254.600
Amortização acumulada							
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	-	-	(526.448)
Amortização	(12.391)	(957)	(43.843)	(1.622)	-	-	(58.813)
Baixas	-	-	-	97	-	-	97
Saldo da amortização em 30/09/2013	(142.704)	(24.280)	(413.484)	(4.696)	-	-	(585.164)
Valor contábil líquido							
Saldo do intangível em 30/09/2013	146.589	354	484.654	11.240	7.294	19.305	669.436

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contratos BNDES

- Os subcréditos “a”, “b”, “c” referem-se ao contrato firmado em 3 de setembro de 2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 km da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados eram amortizados em prestações mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos “a” e “b” em 15 de outubro de 2007 e terminando em 15 de outubro de 2014, e o subcrédito “c” com vencimento iniciado em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2014. A taxa de juros do subcrédito “a” é sujeita ao *spread* de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos “b” e “c” é sujeita ao *spread* de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Considerando o montante do endividamento, a companhia optou por efetuar o pagamento antecipado dos contratos, que ocorreu em abril de 2013. Em cumprimento à cláusula dos contratos nº 03.2.583.3.1 e 06.2.1125.1 a Companhia mantinha saldo mínimo em conta vinculada. Em 03 de junho de 2013, o saldo desse depósito vinculado era de R\$1.661 em 31 de dezembro de 2012 e foi resgatado em virtude da liquidação antecipada.

Banco Itaú - nota promissória

A Companhia em 15 de julho de 2013 efetuou a quitação das notas promissórias captadas em abril de 2013 do Banco Itaú, com os recursos oriundos das debêntures emitidas como parte do processo de refinanciamento de dívida.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

7.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Contrato FINEP

- Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Em 30 de setembro de 2013, o saldo correspondente às parcelas liberadas montam a importância de R\$7.327. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018. A taxa de juros é de 8% ao ano - sujeito ao *spread* de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

Contrato Banco Guanabara - CDC

- Trata-se de financiamento para aquisição de veículos. A taxa de juros é de 18% a.a. e amortização de 24 meses. Contrato de alienação fiduciária. A garantia são os veículos adquiridos.

Contratos ABN Real e Santander - conta garantida

- O contrato pactuado em 03 de março de 2010, com prazo de renovação trimestral foi quitado em 12 de julho de 2013. Em 04 de setembro de 2013, foi pactuado novo contrato de cédula de crédito bancário - Conta Garantida no valor de R\$25.000 com prazo de renovação semestral. O saldo disponibilizado ainda não foi utilizado. A taxa de juros é de 118% do CDI.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

7.1. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	564	1.698
2015	1.701	1.698
2016	1.701	1.698
2017	1.701	1.697
2018	-	141
	<u>5.668</u>	<u>6.932</u>

7.2. Debêntures

	<u>30/09/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	<u>4.567</u>	<u>194.394</u>	-	-
	<u>4.567</u>	<u>194.394</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Banco Santander/Itaú - emissão de debêntures

- a) Em 13 de julho de 2013 a Companhia firmou um instrumento particular para emissão de debêntures não conversíveis em ações junto ao banco Itaú e Santander por um monto de R\$200.000 (com um custo de transação de R\$5.607).

A data de emissão para todos os fines e efeito foi em 17 de julho de 2013. As debêntures emitidas são de série única, com remuneração semestral a partir da data de emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 17 de dezembro de 2013. As mesmas serão remuneradas pela variação acumulada de 100% do IPCA, capitalizadas com sobretaxa de 5,90% expressas em forma percentual ano-base de 252 dias úteis.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$1.000, na data de emissão, sem atualização de valor nominal. Foram emitidas 200 (duzentas) debêntures.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

7.2. Debêntures--Continuação

Banco Santander/Itaú - emissão de debêntures--Continuação

O prazo de vencimento das debêntures é de cinco (5) anos. O valor unitário das debêntures será amortizado em três (3) pagamentos anuais iguais e consecutivos, conforme tabela abaixo:

<u>Data de amortização</u>	<u>Porcentual do valor nominal unitário das debêntures</u>
17 de junho de 2016	33,34%
17 de junho de 2017	33,33%
17 de junho de 2018	33,33%

Os recursos são destinados a refinanciamento de dívida, investimento de capital e distribuição de dividendos e terá como garantidor a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.

Abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor amortização</u>
2016	64.798
2017	64.798
2018	64.798
	<u>194.394</u>

8. Transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	<u>Passivos</u>		<u>Intangível</u>		<u>Custos/despesas</u>			
	<u>Fornecedores</u>		<u>Recuperação Rodovias</u>		<u>Conservação/manutenção</u>		<u>Arrecadação/operação</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Consórcio NSS (*)	732	744	2.130	-	-	-	-	-
Rio Bonito (**)	1.423	-	-	-	6.605	18.671	5.494	17.837
Compasa (***)	788	872	4.076	3.378	-	-	-	-
Total	2.943	1.616	6.206	3.378	6.605	18.671	5.494	17.837

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Transações com partes relacionadas--Continuação

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia.

A Compasa foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

Valores contratuais:

a) Contratos de operação

No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (guincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais.

b) Contrato de recuperação, conservação e manutenção

No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio Bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$9.858.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos, taxas e contribuições

9.1. Impostos a recolher

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos de renda	961	3.278
Contribuição social	347	1.366
Cofins	658	1.257
PIS	143	273
ISSQN	1.360	1.663
Imposto de renda retido na fonte	208	273
Outros	456	677
	<u>4.133</u>	<u>8.787</u>

9.2. Parcelamento débitos tributários

A companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:

- IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.
- PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.
- IPTU - Prefeitura Duque de Caxias - 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de agosto de 2012.
- ISS - Prefeitura Duque de Caxias - 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de dezembro de 2012.

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelamento PIS	767	937
Parcelamento IRPJ	2.641	3.870
Parcelamento CSLL	969	1.419
Parcelamento IPTU	84	210
Parcelamento ISS	594	1.225
	<u>5.055</u>	<u>7.661</u>
Passivo circulante	<u>(3.393)</u>	<u>(3.615)</u>
Passivo não circulante	<u>1.662</u>	<u>4.046</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas diferidas

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$970 acrescidos de R\$404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluentes o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Telebrás pagará anualmente à Companhia o valor de R\$284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Receitas diferidas--Continuação

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o saldo líquido das receitas a diferir estavam distribuídos da seguinte forma:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CEMIG	-	1
Eletronet	5.118	5.767
Embratel	3.662	4.899
Cervejaria Petrópolis	99	46
Telebrás	236	162
	<u>9.115</u>	<u>10.875</u>
Passivo circulante	<u>(1.694)</u>	<u>(2.435)</u>
Passivo não circulante	<u>7.421</u>	<u>8.440</u>

11. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 (R1) e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O saldo da provisão em 30 de setembro de 2013 é de R\$598 (R\$598 em 31 de dezembro de 2012).

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012, o capital social é de R\$96.163 e está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações.

O capital social em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 está composto conforme demonstrativo:

	Ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5
Construção CCPS Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0
Pessoas físicas	-	10	10	-
	2.396.700	4.793.400	7.190.100	100,0

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 (R1) o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "ajuste de avaliação patrimonial".

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

d) Reserva estatutária

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

f) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído, uma vez que não há instrumentos diluidores.

13. Dividendos

Em 25 de março de 2013, os acionistas aprovaram, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros no montante de R\$89.686. Em 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de R\$70.000 aos acionistas. Nos dias 15 e 16 de julho de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de R\$20.000.

De acordo com o estatuto, não há diferença entre as ações ordinárias e preferenciais no cálculo dos dividendos.

A movimentação de dividendos a pagar no período foi como segue:

Saldo de dividendos a pagar em 31/12/2012	316
Dividendos deliberados em 25/03/2013	89.686
Pagamentos efetuados até 30/09/2013	<u>(90.000)</u>
Saldo a pagar em 30/09/2013	<u><u>2</u></u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Dividendos--Continuação

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	30/09/2013	31/12/2012
Acionista		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1	198
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	-	57
CMSA Participações S.A.	-	33
CCI Concessões S.A.	1	28
	2	316

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia tem reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, apresentando a seguinte natureza:

	30/09/2013			31/12/2012
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Ativo				
IR e CS diferidos s/prov. custo manut.	149	54	203	203
IR e CS diferidos s/prov. contingências	37	13	50	56
Total ativo	186	67	253	259
Passivo				
Sobre reserva de reavaliação	(65.959)	(23.745)	(89.704)	(98.699)
Sobre leasing	(231)	(81)	(312)	(280)
Sobre amortização intangível ⁽¹⁾	(8.336)	(3.001)	(11.337)	(10.534)
Total passivo	(74.526)	(26.827)	(101.353)	(109.513)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo líquido	(74.340)	(26.760)	(101.100)	(109.254)

(1) Refere-se à diferença de amortização gerada pela aplicação de taxas de amortização do ativo intangível ICPC01 (R1) e as taxas utilizadas para fins fiscais.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.250	31.875
Alíquota nominal (IRPJ de 25% e CSLL de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(9.605)	(10.838)
(Adições) permanentes	-	(20)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	6	6
Imposto de renda e contribuição social reconciliado	(9.599)	(10.851)
IRPJ e CSLL correntes	(13.398)	(18.508)
IRPJ e CSLL diferidos	8.155	7.696
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.243)	(10.812)
Alíquota efetiva	19%	34%

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

15. Remuneração dos administradores

A proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício corrente será apresentada e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada no mês de abril de 2013. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Até 30 de setembro de 2013 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$2.053 (R\$1.741 em 30 de setembro de 2012).

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Marcos contratuais</u>	<u>Valor da importância segurada</u>	<u>Prazo de vigência</u>
Risco patrimonial - veículo	100% da tabela FIPE (i)	set/13 a set/14
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169	dez/12 a dez/13
Responsabilidade civil	12.920	dez/12 a dez/13
Garantia de execução da concessão	13.331	abr/13 a abr/14

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/2013</u>
Processos trabalhistas	87	-	-	87
Processos cíveis	75	257	(15)	317
Provisão para contingências	<u>162</u>	<u>257</u>	<u>(15)</u>	<u>404</u>

Em 30 de setembro de 2013, os processos com probabilidade de perda considerados como possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$20.116 e referem-se basicamente a indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisórias.

18. Receita

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Receita de pedágio	180.890	175.152
Receitas acessórias	3.588	3.349
Receita de construção	63.145	40.218
Imposto sobre serviços	(16.158)	(15.629)
	<u>231.465</u>	<u>203.090</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Manutenção, operação e conservação	(21.062)	(19.720)
Operação	(28.876)	(26.644)
Monitoramento	(96)	(5)
Projetos especiais	(67)	(69)
Custo construção	(63.145)	(40.218)
Pessoal	(8.560)	(6.673)
Amortização	(56.145)	(48.632)
	<u>(177.951)</u>	<u>(141.961)</u>

20. Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 30 de setembro de 2013 e 2012, está assim composto:

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	80	64
Descontos obtidos	7	3
Juros ativos	141	-
Variações monetárias	76	226
	<u>304</u>	<u>293</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(6.077)	(4.995)
Juros diversos	(436)	(106)
Juros sobre debêntures	(4.567)	-
Variações monetárias	(233)	(755)
Multa financeira	-	(3.399)
Outros	(4.038)	(1.613)
	<u>(15.351)</u>	<u>(10.868)</u>
	<u>(15.047)</u>	<u>(10.575)</u>

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	158.685
2014 a 2021	74.437
	<u>233.122</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da revisão 19 do PER, aprovada em agosto de 2012. Tal índice foi de 3,49650.

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 - Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração), CPC 39 - Instrumentos financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros (Evidenciação).

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Análise dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- ii. Empréstimos e financiamentos - são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. A Concer apresenta essa informação para fins de consolidação da sua Acionista - TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., a qual é companhia aberta.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 30 de setembro de 2013 foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
SANTANDER - Debêntures	CDI	17.329	21.662	25.994
FINEP	TJLP	366	458	550
FINAME	TJLP	1	1	1
		<u>17.696</u>	<u>22.121</u>	<u>26.545</u>
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	8,71%	10,89%	13,07%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

(*) Indexado a um custo médio de captação em moeda estrangeira.

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

i) *Risco de taxas de juros e inflação*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco de taxa de câmbio*

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. O subcrédito "a" do financiamento concedido pelo BNDES (Nota 7) é indexado pela taxa variável relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo mesmo. A Companhia não possui instrumentos de *hedge* que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico - financeiro do contrato.

g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

g) Risco regulatório--Continuação

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

i) Gestão de capital

A companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	<u>30/6/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	206.297	90.513
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(5.159)	(3.731)
Dívida líquida	201.138	86.782
Patrimônio líquido	361.406	428.086
Total do capital	562.544	514.868
Índice de alavancagem financeira - %	35,76	16,86

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CON CER

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas operacionais, líquidas

Contrato Siemens

Em maio de 1996 a Companhia pactuou contrato com a empresa Siemens Ltda. com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Tal contrato previa o pagamento de 33 (trinta e três) parcelas, das quais a Companhia pagou 19 (dezenove).

Em 21 de janeiro de 2000, por carta endereçada à Siemens, a Companhia rescindiu o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados, além de negligência no cumprimento das obrigações contratuais por parte da Siemens. Inconformada com a rescisão contratual, a Siemens impetrou ação de cobrança, onde pretendia receber a totalidade das parcelas vincendas.

A ação de cobrança foi julgada improcedente em todas as instâncias da justiça estadual fluminense e levada pela Siemens, através de recurso especial, ao Superior Tribunal de Justiça. Em 11 de março de 2010, tal recurso foi julgado improcedente e a questão judicial, com relação à cobrança das parcelas vincendas, foi finalizada definitivamente e procedida a baixa dos valores contabilizados no passivo e no ativo imobilizado da Companhia.

Oportunamente, a Companhia propôs ação de ressarcimento por danos materiais causados pela rescisão do contrato. Desta nova ação, vários recursos foram interpostos pela Siemens e tramitavam na justiça. Em 27 de fevereiro de 2013, com fundamento no código civil, mediante concessões recíprocas, foi celebrado acordo tendo como objetivo o encerramento de todas as ações judiciais existentes e quaisquer discussões relacionadas ao citado contrato, restando a Siemens o pagamento de indenização no montante de R\$13.000, os quais foram recebidos em abril de 2013.